

Teoria da ética

Visão geral

A ética é um ramo da filosofia da moral com origem na obra de Aristóteles, Epiteto e outros pensadores da Grécia antiga que se preocupavam com a natureza da bondade. Os modernos filósofos da moral dão continuidade ao trabalho desses pensadores para compreender como nós sabemos o que é certo e o que é errado, como a “correção” e a “bondade” devem ser definidas, e se estas são características intrínsecas aos atos e objetivos ou se os conceitos são produto da nossa própria intuição. Como a ética e a filosofia da moral estão intimamente relacionadas, os estudantes muitas vezes presumem erroneamente que as duas coisas – a ética e a moralidade – sejam intercambiáveis ou que signifiquem a mesma coisa. E pelo fato de ambos os campos preocuparem-se com essas questões fundamentais que envolvem coisas que nos tornam humanos, os estudantes que estão sendo apresentados ao campo da ética normalmente especulam quanto a que se refira todo esse espalhafato. Eles perguntam: *não é óbvio quando algo é bom ou mau?* Por que toda essa preocupação exagerada e minúcia excessiva com coisas que devem estar claras para qualquer pessoa que tenha o mínimo de consciência? Na sua discussão de Aristóteles, Christopher Johnstone (2002, p. 16) apresenta algumas ideias que ajudam a esclarecer por que a ética é uma questão tão urgente nos dias de hoje:

As questões relativas à moralidade e à ética se tornaram até mais controvertidas pela confirmação de que existem múltiplos conjuntos de valores culturalmente estabelecidos com validade na nossa sociedade, que os absolutos morais não são universalmente reconhecidos e que a autonomia individual é um valor que às vezes prevalece sobre a fidelidade às normas socialmente aceitas. Portanto, mais do que nunca, nos dias de hoje é difícil justificar as afirmações morais, defender os juízos éticos de uma forma persuasiva para a sociedade como um todo.

Digamos que você está prestes a sair para um encontro e o seu companheiro aparece usando um traje novo. Ele pergunta alegremente, “O que você achou do meu novo visual?”. Você acha que ele ficou parecendo um persona-

gem de desenho animado da década de 1970. Você seria cruelmente honesto ou responderia com uma mentirinha branca em benefício de sair e ter uma noite divertida? Ou então, imagine que você seja gerente de um restaurante *fast-food* e esteja supervisionando os seus colegas de trabalho que são também seus amigos, sendo que você sabe que todos eles fazem um grande esforço para conseguir viver com o que ganham. Um dia você percebe que eles se juntam para confabular ao final de um turno, aprontando-se para irem para casa. Ao abordá-los, você vê que eles encheram as mochilas com comida do restaurante – uma quantidade muito maior que aquela normalmente permitida que consomem durante o trabalho. Você adotaria alguma ação disciplinar ou você faria vista grossa? Cada uma dessas cenas propõe um dilema ético. Quer as reconheçamos como tais ou não, todos nós nos confrontamos com inúmeras questões éticas – tanto grandes como pequenas, às vezes triviais, às vezes cruciais – todos os dias. E dependendo de uma grande variedade de fatores que discutiremos neste capítulo e no próximo, decidiremos sobre o curso de ação a ser adotado. Aqui o ponto central é que a ética lida com problemas e questões que não são claramente definidos. Muitas vezes, ao enfrentarmos determinados dilemas, teremos reações instintivas que indicarão qual seja a decisão correta a ser tomada. Mas muitos dilemas suscitam questões éticas precisamente por apresentarem uma circunstância obscura, nebulosa para a qual não existe nenhuma resposta imediatamente aparente que seja a resposta “correta” – na verdade, pode não haver *nenhuma* opção que pareça ser totalmente satisfatória. Um estudante pode resolver plagiar algum material para um trabalho de final de semestre, ou um repórter pode fabricar uma citação para incrementar uma matéria. Podemos desejar denominar essas atitudes como sendo “falhas morais”, mas elas na verdade não propõem questões de *ética*, pois ambos os comportamento constituem violações claras de regras estabelecidas para definir o que é aceitável e o que não é. Não existe nenhuma área cinzenta sobre a qual debater se o plágio do aluno ou a fabricação jornalística sejam ou não aceitáveis em alguns casos. As pessoas sempre terão muitas justificativas egoístas para trapaceas como essas, mas filosoficamente falando, se estivermos assumindo seriamente as nossas obrigações como agentes morais, a questão quanto a trapacear ou não trapacear normalmente não nos oferece razões *contundentes e igualmente legítimas* para agirmos dessa forma ou não. A ética, portanto, normalmente não se preocupa com questões tão preto no branco. Os estudiosos da ética têm questões muito mais prementes e complexas com que se preocupar.

A ÉTICA DEFINIDA

Pesquisando o trabalho da filosofia da moral em geral e, em especial, da ética, podemos propor uma definição de trabalho da ética *como sendo uma*

forma de investigação que se preocupa com o processo de encontrar justificações racionais para as nossas ações quando os valores que defendemos entram em conflito. O filósofo R. A. P. Rogers (1965) também apresenta uma variação disto, considerando a ética como “a ciência que investiga os princípios gerais para determinar o verdadeiro valor dos fins por excelência da conduta humana” (p. 1). A tarefa da ética, portanto, sempre foi epistêmica – isto é, ela se concentra nas questões relativas ao modo como de fato sabemos aquilo que afirmamos saber. De que maneira exatamente justificamos um ato como “correto”? A filósofa da moral Margaret Walker definiu a ética como “a busca de uma compreensão da moralidade que fornece compreensões a respeito de nós mesmos enquanto portadores de responsabilidades a serviço de valores” (2000, p. 89). Johnstone afirmou que os estudiosos da ética se esforçam para “lançar luz sobre os processos pelos quais (...) as decisões (morais) são tomadas com o objetivo de proporcionar uma compreensão em relação à natureza e às condições do juízo moral qualificado” (2002, p. 17). Obviamente, a ética e a moralidade estão estreitamente relacionadas. Nas nossas falas cotidianas, muitas vezes as tratamos como termos intercambiáveis e sinônimos. E a tomada de decisão ética pode fornecer uma base sólida para que se façam afirmações *morais*. Porém, os dois termos não são idênticos, e compreender a diferença pode contribuir para que se evitem raciocínios confusos e generalizações grosseiras. A *moralidade* refere-se de um modo geral a um conjunto de crenças que adotamos para nos ajudar a entender o que é bom e o que é mau no mundo em que vivemos. Normalmente não questionamos a validade dessas crenças. A verdade é preferível à falsidade. Os seres humanos exigem respeito em função da sua humanidade. Todas as religiões do mundo oferecem variados sistemas de crenças que valorizam estas e outras afirmações relativas à bondade. Para os filósofos da moral, entretanto, as questões sobre o que exatamente tornam verdadeiras as afirmações sobre a correção e a bondade são de interesse crucial. Quais são exatamente as propriedades que fazem com que algo seja bom, como percebemos a bondade e como sabemos o que sabemos em relação a ela? Com esses tipos de perguntas, os filósofos da moral lutam para chegar ao âmago de algumas das questões fundamentais que fazem de nós humanos.

Por outro lado, a ética trata da nossa luta para justificar o fato de realizarmos ou não uma ação quando diversos valores do nosso sistema de crenças entram em conflito. A *ética* se refere aos nossos esforços para articular as nossas razões para, em determinados dilemas, atribuímos um peso maior para algumas afirmações morais em relação a outras. Esses dilemas morais, segundo a filósofa Philippa Foot (2002, p. 177), compreendem “um exemplo especial do dilema que existe onde quer que haja evidências favoráveis e contrárias a uma determinada conclusão. O que é especial é que a conclusão se refere àquilo que o agente deveria fazer”. A honestidade, a atividade comunitária e o respeito à privacidade podem ser valores que consideramos

caros como elementos que integram o nosso sistema de crenças. Porém, esses valores podem entrar em conflito uns com os outros – bem como com uma série de outros valores – de todas as formas possíveis. A ética não se preocupa em fazer afirmações moralistas, mas sim com a deliberação que precisamos realizar para contrabalançar adequadamente as afirmações concorrentes. A estudiosa da ética Deni Elliott caracterizou muito bem a distinção entre ética e moralidade ao dizer que “A ética começa quando os elementos de um sistema moral entram em conflito” (Patterson e Wilkins, 2008, p. 4). Idealmente, a verdadeira tarefa da ética é esforçar-se para fornecer explicações “plenas” tanto em relação ao que devemos fazer como em relação a por que devemos fazê-lo. O filósofo da moral Robert Audi (2004) chamou esses objetivos combinados de “plenitude” “normativa” e “epistêmica”. Através de uma deliberação sólida e cuidadosa, Audi afirmou que devemos ser capazes de explicar os deveres *normativos* que temos – isto é, aquilo que *devemos* fazer. Esses tipos de afirmações são chamadas de afirmações normativas, em oposição às afirmações descritivas que se referem a “como as coisas são”. Em segundo lugar, Audi afirma que devemos ser capazes de explicar *por que* essas afirmações devem nos motivar de determinadas formas – ao que ele se refere como tendo uma compreensão *epistêmica* de por que essas afirmações são válidas:

Desejamos o conhecimento tanto quanto ao que devemos fazer como de por que devemos fazê-lo. A plenitude epistêmica é necessária para que uma teoria nos forneça a orientação moral abrangente que buscamos enquanto agentes morais; a plenitude normativa é necessária para permitir que possamos explicar – e, de modo correspondente, justificar – os juízos morais a que chegamos com base nos fatos que indicam as nossas obrigações. (p. 86)

Esses objetivos são complicados pelo fato da nossa cultura e da nossa ideologia política determinarem e obscurecerem o modo como pensamos e falamos a respeito dos valores e dos padrões. Se isso é ou não algo positivo é uma questão para o debate contínuo e vigoroso entre os estudiosos da ética. Alguns teóricos contemporâneos sugeriram que o modo como pensamos sobre a ética no mundo ocidental tem um viés inerente em favor da liberdade individual e contrário às afirmações que destacam as verdades universais e o bem da comunidade. Eles argumentam que esse viés favoreceu o desenvolvimento de uma mentalidade relativista perigosa que sugere que a liberdade signifique que não há nada de errado se alguém resolver fazer o que bem entender sem se preocupar muito com os efeitos disso para as outras pessoas. “A autonomia individual é o eixo da teoria clássica”, disse Clifford Christians, um teórico pioneiro da ética da comunicação. Isso é um problema porque, em uma época de globalização como a nossa, deveríamos estar trabalhando para

encontrar os padrões morais fundamentais que possam ser universalmente aceitos em vez de impor determinadas noções ocidentais da moralidade a outras culturas. Para Christians (2005, p. 3), “a solidariedade humana universal, o seu extremo oposto, deveria ser hoje a peça central da ética”.

Recorde a definição fornecida anteriormente que descreve a ética como uma forma de investigação preocupada com o processo de encontrar justificações racionais para as nossas ações quando os valores que defendemos entram em conflito. Vamos observar de uma forma mais rigorosa os elementos-chave dessa descrição; é provável que isso ajude a esclarecer o nosso raciocínio sobre como aplicar os princípios éticos aos casos reais posteriormente.

O que importa é o caminho, não o destino

A ética se refere ao nosso *processo de reflexão*. A experiência de estudar ética pode ser frustrante para aqueles estudantes que têm a expectativa de sair da aula munidos de respostas claras sobre como lidar com diversos tipos de problemas. Porém, na verdade, essas respostas diretas são raras na ética. Em vez disso, a ética se preocupa em fazer as perguntas corretas. O foco está na qualidade do *processo deliberativo* e não no resultado. Isso pode ser desconsolador, pois grande parte da cultura ocidental é baseada em objetivos finais. Preocupamo-nos profundamente com um bom desempenho, com bons resultados, com o desfecho – normalmente tendo apenas um interesse por alto em relação à forma como atingimos esses objetivos ou àquilo que realizamos para alcançar o “êxito”. Mas esperar que a ética forneça as respostas “certas” necessárias normalmente apenas leva à *moralização* – a elaboração de afirmações amplas, muitas vezes infundadas quanto à correção de um curso de ação que as outras pessoas poderão ou não aceitar como reflexos das suas próprias convicções morais. Conforme discutimos, a maioria dos dilemas éticos não apresenta nenhuma solução totalmente aceitável e fornece, em vez disso, várias opções que são de alguma forma insatisfatórias. O truque é descobrir qual delas é a mais justificável da forma como você a vê e qual delas incorpora valores fundamentais.

ÉTICA X MORAL

A *moral* se refere a um sistema de crenças que usamos para elaborar juízos em relação ao que seja bom e ao que seja mau. A *ética* se refere aos nossos esforços para justificar a nossa decisão frente a um dilema no qual entram em conflito dois ou mais valores centrais do nosso sistema moral. A ética, segundo a estudiosa Deni Elliott, começa quando os elementos do nosso sistema moral entram em conflito.

Confie no seu instinto, mas use o seu cérebro

A ética se baseia em *justificações racionais*. Quando nos confrontamos com um dilema, muitos de nós podemos ter “instintos” que sugerem qual seja a decisão certa a ser tomada. Mas, no que diz respeito à ética, isso é apenas o começo. O que exatamente significa o fato de dizer a verdade, por exemplo, que o torna tão importante quando lidamos com outras pessoas? Por que afirmamos que atribuímos um grande valor à noção de não causar dano aos outros? E, nas situações em que o fato de dizer a verdade inevitavelmente levará a algum tipo de dano a alguém, em que circunstâncias podemos dizer que estaríamos dispostos a tolerar esse dano? De modo inverso, quando exatamente seria correto sonegar a verdade ou enganar alguém para evitar determinados tipos de dano? Para responder a todas essas perguntas, devemos ter uma compreensão sólida da base filosófica tanto do fato de dizer a verdade como de evitar o dano. Caso contrário, corremos o risco de tomar decisões com base em afirmações morais simplistas que podem não ter muita credibilidade para aquelas pessoas que não compartilhem as mesmas crenças. As boas decisões éticas podem ser defendidas com um raciocínio sólido, baseado em evidências, e não apenas em uma série de afirmações morais. E, lembre-se, isso não significa que a sua decisão será inflexível. A ética não consiste em agradar a todos, pois os dilemas verdadeiros podem ser plausivelmente tratados de formas opostas. Seja qual for a decisão que você escolher, é provável que algumas pessoas fiquem incomodadas, e que você seja submetido a acusações por ser considerado “antiético”. Mais exatamente, o que é importante na ética é a qualidade do seu raciocínio para fazer ou não alguma coisa.

A arte da conciliação incômoda

A ética nos ajuda a negociar entre *valores conflitantes*. O exemplo há pouco citado relativo aos dois valores fundamentais, o da honestidade ou de dizer a verdade, e o de se evitar causar dano aos outros, é um conflito clássico. Mas há outros. Todos nós damos valor à nossa privacidade, da mesma forma podemos perceber a sensação de fazer parte e a real participação em uma comunidade como algo importante. Valorizamos a coragem, mas também a camaradagem. A lealdade, bem como a independência. Os psicólogos sociais que estudaram a natureza dos valores humanos afirmam que as culturas e as sociedades geralmente têm uma lista de valores amplamente acordados, incluindo os valores

ÉTICA: COMO É DEFINIDA?

A ética é o processo de encontrar justificações racionais para a nossa ação quando valores simultaneamente defendidos entram em conflito.

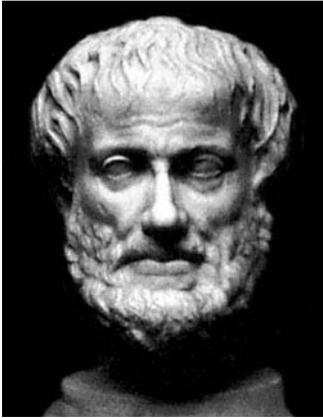
anteriormente mencionados, sendo todos eles considerados extremamente importantes para nós; as diferenças residem na prioridade relativa atribuída a valores isolados em determinadas circunstâncias (Rokeach, 1973, 1979). Não que estes ou outros valores passem a não ter importância; o que ocorre é que nós escolhemos quais deles devem ser favorecidos para ajudar a solucionar um determinado problema. Deve ficar claro que o fato de ter um sólido sistema de crenças morais não nos isenta de ter valores conflitantes. Na ética, não basta simplesmente dizer que temos sentimentos morais fortes em relação ao que parece ser “certo”. Quer reconheçamos isso ou não, somos obrigados a atribuir prioridade aos nossos valores diversas vezes todos os dias. A tomada de decisão ética, contudo, muitas vezes requer que reflitamos com maior profundidade a respeito desses valores e de por que um deles deva orientar as nossas deliberações mais do que os outros. Isso muitas vezes significa aceitar o fato de que alguns valores, por mais importantes que sejam, devem ser temporariamente abandonados em favor de coisas que consideramos mais importantes, considerando-se a circunstância. Esse processo de conciliação obviamente pode ser muito complicado, porém pode ser muito auxiliado por uma compreensão clara dos valores a que nos referimos.

OS PRINCIPAIS PENSADORES AO LONGO DO TEMPO

Os valores e princípios fundamentais usados na teoria da ética provêm de uma série de pensadores e escritores ao longo da história. Alguns deles modificaram o modo como abordamos as questões éticas; outros acrescentaram novas perspectivas e elementos fundamentais em relação a afirmações, há muito tempo aceitas como conhecimento. Em todo esse livro, discutimos a natureza dos princípios morais fundamentais e sugerimos maneiras de aplicá-los com base no trabalho de diversos teóricos e em suas abordagens teóricas diversas. A seguir apresento breves apanhados sobre algumas figuras centrais na evolução do pensamento ético. Essa lista não é de forma alguma exaustiva, e, na verdade, alcança apenas a superfície desse campo. Mas os pensadores aqui relacionados quase sempre fornecem os *insights* mais úteis aos nossos esforços no sentido de aplicar padrões morais na nossa avaliação do comportamento dos meios de comunicação.

Aristóteles

Aluno de Platão e mais tarde tutor de Alexandre, o Grande, Aristóteles elaborou o primeiro tratado teórico conhecido sobre a ética. Em sua *Ética a Nicômaco*, Aristóteles argumentou que a bondade humana requer o uso da nossa racionalidade para ter uma vida de virtude. A ideia dele de vir-



Aristóteles 384-322 a.C

Fonte: Kunsthistorisches Museum, Viena.

tude se refere a duas categorias: intelectual (a sabedoria, a compreensão, a prudência) e moral (que inclui a coragem, a justiça e a veracidade). As virtudes morais exigem em especial que procuremos um ponto intermediário adequado entre os exemplos extremos do excesso ou da carência. Agir corajosamente, por exemplo, significa evitar a imprudência, assim como a covardia. A solicitação de Aristóteles de que busquemos esse ponto de equilíbrio entre os dois extremos é conhecida como a *Doutrina do Meio de Aristóteles*. Mas Aristóteles também reconheceu que os seres humanos não são seres estritamente racionais. Destacou que uma vida “boa” deve incorporar tanto a racionalidade como a emoção. Reconheceu que a emoção e o desejo cumprem determinados papéis no processo de tomada de decisão. Aristóteles argumentou também que embora uma vida de contemplação das virtudes represente o bem mais alto, esta será insuficiente sem a ação social e sem o comprometimento correspondentes. Johnstone diz que Aristóteles “apela para que reconheçamos o fato de que somos seres sociais, comunais; que vivemos em comunidades; e que a realização das nossas superioridades peculiares deve incluir um envolvimento prático na vida dessas comunidades” (p. 30).



Immanuel Kant (1724-1804)

Fonte: Corbis

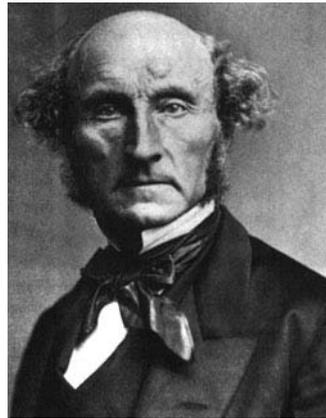
Immanuel Kant

Um dos principais teóricos do Iluminismo alemão que argumentou que podemos discernir as leis morais da mesma forma como percebemos as leis da natureza, Kant propôs um sistema complexo que detalhou os deveres que temos como agentes morais. No centro do sistema de Kant está a afirmação de que a nossa capacidade humana de raciocínio nos permite saber quais sejam esses deveres e que a liberdade nos permite agir de acordo com eles. Baseia-se nesses dois pilares – da racionalidade e da liberdade – o argumento central dele de que somos obrigados a agir moralmente como única forma de cumprirmos os nossos deveres

para com os outros. Por ação moral, Kant se referiu ao fato de que testamos as nossas decisões ao perguntarmos se estas podem ser *universalizadas* – se seria razoável se todos aplicassem aquela decisão como padrão de comportamento. Essas exigências morais, afirmou ele, são “categoricamente imperativas” – e estão entre as obrigações morais centrais que todos nós devemos observar. Nesse aspecto, o sistema *deontológico* de Kant, ou baseado no dever, contrasta nitidamente com outros sistemas, como o utilitarismo de Mill, que coloca o foco dos nossos julgamentos morais nas consequências das nossas ações. Uma vez que a nossa capacidade de raciocínio é o que nos permite agir moralmente, e uma vez que a liberdade nos permite agir de acordo com o nosso raciocínio, Kant sustenta que temos o dever fundamental de respeitar essa capacidade em todos os seres humanos. Deve-se respeito às pessoas, não em função do que elas fazem ou de quem elas sejam, mas por serem seres humanos dotados de uma capacidade de raciocínio. Essa obrigação moral universal exige que tratemos os indivíduos como fins em si mesmos e nunca exclusivamente como meios para realizar outros objetivos ou desejos que possamos ter. Agir de outra maneira atinge tanto a autonomia como a racionalidade de uma pessoa.

John Stuart Mill

Figura determinante no desenvolvimento do utilitarismo como sistema moral, Mill argumentou que o prazer é desejado como um fim em si mesmo e, assim, constitui a única fonte da bondade moral. Logo, todas as ações devem ser avaliadas com base na quantidade total de prazer que produzem. Por *prazer*, Mill não teve a intenção de expressar a mera satisfação de impulsos vulgares e desejos animalísticos; ele argumentou que a “virtude” é também desejada como uma busca prazerosa por indivíduos mais refinados. Procurou também mostrar o modo como diversos prazeres devem ser considerados em mais de uma base qualitativa e afirmou que a sua teoria da utilidade seria também eficaz para gerar justiça. Em contraste com o sistema baseado no dever de Kant, a abordagem *teleológica* de Mill afirma que o valor moral de um ato – isto é, se ele gera prazer ou felicidade para as pessoas afetadas – está nas suas consequências, e desse modo ele tenta submeter a teoria moral a uma espécie de prova empírica. Embora a teoria geral da utilidade muitas vezes seja reduzida à argumentação um tanto



John Stuart Mill (1806-1873)

Fonte: Hulton Arquivo/Getty Images.

simplicista de que devemos escolher aquela ação que gerar a maior quantidade de felicidade ou de benefícios para o maior número de pessoas, Mill estava preocupado em como determinar que ações possivelmente produziriam o bem “agregado” que beneficiaria a comunidade como um todo. Ele também sustentou que deve ser dada uma proteção especial às pessoas cujos interesses poderiam ser sacrificados pelo bem da comunidade.

W. D. Ross

Ross defendeu um sistema moral que foi chamado de “intuicionista” porque alegava que temos uma habilidade inerente para identificar quais são os nossos deveres morais. Em seu livro *“The Right and the Good”* (1930), ele afirmou que a “leveza” e a “bondade” são aspectos objetivos do mundo exatamente do mesmo modo como a forma, o tamanho e a massa são aspectos objetivos.



W. D. Ross (1877-1940)

Fonte: National Portrait Gallery, Londres.

A teoria de Ross era semelhante às teorias de Kant e de outros autores baseadas no dever, na qual ele acreditava que tivéssemos certas obrigações de *prima facie* – padrões de comportamento que exigem que respeitemos alguns valores fundamentais em todas as nossas interações com os outros. Estes incluem os deveres de fidelidade (o que abrange o compromisso de dizer e preservar a verdade), os deveres da gratidão e da justiça, e os deveres de autoaperfeiçoamento e de “não causar dano aos outros”. Ross acreditava existir uma estrutura para a correção dos princípios. Certas considerações básicas devem ser ponderadas de uma forma mais intensa do que outras. Os deveres de evitar causar dano, de fidelidade e de reparação têm maior relevância do que as considerações relativas à beneficência, por exemplo. Essa teoria é importante porque nos ajuda a refletir com maior clareza sobre os conflitos morais. Ross nos permite pensar o conflito moral não como um conflito de *deveres*, mas sim como um conflito de *razões* morais para fazermos ou não alguma coisa.

John Rawls

Insatisfeito com o modelo moral utilitarista que dominou a teoria política desde que foi primeiramente esboçado no século XIX por Jeremy Bentham,

Rawls propôs um sistema alternativo que promoveu a ideia da justiça, e não a da utilidade, como principal objetivo da sociedade. No seu proeminente livro de 1971, *“Uma teoria da justiça”*, Rawls sustentou que o princípio da justiça é a base da ordem social. O objetivo da sociedade não é promover o bem maior para o maior número de pessoas, mas sim promover a justiça. Isso significa concentrar-se no modo como uma comunidade deveria distribuir os “bens” escassos – termo que se refere a quase tudo o que uma pessoa poderia querer ter, da riqueza à oportunidade, à liberdade e ao respeito próprio. Se formos sérios em relação à promoção da justiça, como poderíamos adotar as políticas sociais necessárias para alcançá-la? Rawls apresentou um artifício retórico provocativo para nos ajudar a constatar



John Rawls (1921-2002)

Fonte: Jane Rud/Harvard News Office.

que tipo de processo de tomada de decisão poderia melhor assegurar a justiça em um universo de bens limitados. Imagine, disse ele, que você seja membro de uma comunidade encarregada de negociar o conjunto de regras segundo as quais todos devem viver. E imagine que cada indivíduo seja racional e tenha um conhecimento geral sobre como o mundo funciona – eles têm conhecimento de economia, psicologia e assim por diante – e que eles saibam que todos eles têm metas e ambições individuais. Entretanto, nenhum indivíduo tem qualquer conhecimento *específico* a respeito do seu próprio lugar no mundo – eles são ignorantes no que diz respeito às suas próprias características pessoais, às suas habilidades, talentos, posições sociais, capacidades e incapacidades. Rawls chamou esse construto teórico de “véu da ignorância”. Se todas essas condições fossem reais para um grupo de pessoas, que tipo de decisões elas tomariam em relação à distribuição dos bens? Rawls afirmou que elas primeiramente declarariam que todos têm a sua liberdade assegurada. Afirmou que esses indivíduos então estabeleceriam políticas sociais planejadas para proteger os *menos favorecidos* na sociedade, visto que qualquer um dos negociadores poderia conceivelmente estar entre eles uma vez que o véu fosse retirado. Desse modo, eles conceituariam a justiça *como equidade*.

Seyla Benhabib

Filósofa política que nasceu e cresceu na Turquia, mas que se dedicou à carreira acadêmica nos Estados Unidos. A perspectiva internacionalista de Benhabib oferece uma abordagem útil do tipo “caminho do meio”, que busca



Seyla Benhabib (1950-)

Fonte: Mike Marsland/Yale University.

utilizar o melhor do apelo de Kant por padrões éticos universais, bem como das críticas feministas de que o seu “culto” da razão e o valor que ele atribuiu às afirmações impessoais da justiça frequentemente superam valores importantes às relações como a compreensão, o cuidado e a cooperação. Com muita frequência, os pensadores iluministas do sexo masculino falavam sobre os direitos morais dos indivíduos como se as pessoas fossem modelos teóricos – eles “generalizam” todas as pessoas em um ser racional ideal, afirmou Benhabib no seu livro de 1992, *“Situating the Self: Gender, Community and Postmodernism in Contemporary Ethics”*. Esse “outro generalizado” resulta na prioridade atribuída a ideais como o dever, o respeito, o merecimento e a dignidade na maior parte dos sistemas éticos. Mas

essa noção é “desincorporada” demais para refletir o modo como de fato vivemos, afirmou Benhabib. Em vez disso, as pessoas deveriam ser tratadas como algo “concreto”: cada indivíduo é um caso especial com sua história peculiar, a sua identidade e as suas respostas emocionais que devem ser respeitadas em si mesmas e por si mesmas. Isso, afirmou ela, quer dizer que devemos identificar a prioridade em um conjunto muito diferente de ideais: responsabilidade, cuidado, vínculo e compartilhamento. Se determinarmos as nossas ações a partir desses ideais, diz ela, confirmamos não apenas a “humanidade” das pessoas com quem interagimos, mas também a “individualidade” humana dessas pessoas. Desse modo, Benhabib promoveu um sistema moral que conserva o universalismo como um bem ao qual devemos aspirar, mas também procura complementar essa “ética imparcialista” baseada em Kant com uma “ética do cuidado”, que as teóricas feministas dizem ser essencial caso se tenha a expectativa de que os nossos padrões morais reflitam de fato o modo como vivemos as nossas vidas. O seu empenho para contrabalançar a teoria ética dominada pelo masculino reflete um espectro do pensamento feminista que oferece uma ampla variedade de sistemas éticos propostos. Estes abrangem Nel Noddings, que afirmou que a ênfase da sociedade “na lei e na justiça” é inerentemente masculina, ao passo que valores como “a receptividade, a afinidade e a responsividade são inerentemente femininos” (1984). A teoria feminista não busca idealizar as mulheres ou os traços característicos do feminino, pelo contrário é “marcada pela sua atenção ao modo como os atores e os sistemas estão concretamente incorporados e marcados pela circunstância histórica de gênero, classe e raça”, como explicou a teórica da comunicação Linda Steiner (1989, p. 164-165). Ela argumentou que é mais provável que

uma “ética feminista” geral esteja focada no modo como os meios de comunicação devem manter e promover as relações e as redes sociais. Essa ética, disse ela, “trata das questões sobre de quem são os interesses considerados dignos de serem debatidos, sobre quem consegue se expressar e quem é considerado um comunicador válido a quem os outros devam escutar” (Steiner, 1989, p. 158) – questões recorrentes no trabalho de Benhabib.

O IDEALISMO E O RELATIVISMO

Muitos fatores influenciam e determinam o modo como lidamos com as questões éticas – os nossos valores e a nossa formação, o que os nossos semelhantes têm a dizer, nossos níveis de maturidade, nossas personalidades. Mas dois aspectos principais que afetam profundamente a nossa tomada de decisão ética são o idealismo e o relativismo. O *idealismo* se refere à intensidade com a qual percebemos a busca pela promoção de objetivos humanitários, como acreditar que todos devem estar preocupados com o bem-estar das outras pessoas. A crença de que os fatos da vida podem e devem ser ordenados no sentido de estabelecer uma prioridade para maximizar o bem-estar de todos é central nos códigos morais de muitas pessoas. Porém, outras podem ser menos idealistas em relação ao mundo e podem dar menos ênfase ao bem-estar das outras pessoas. Essas pessoas acreditam que, embora seja importante evitar causar dano aos outros, o dano potencial deve ser considerado dentro do contexto do bem geral – que o dano às vezes pode ser necessário para que se produza o bem.

O *relativismo* se refere à crença de que a única maneira pela qual podemos decidir o que é ético e o que não é ético é confiar nas nossas próprias experiências e na nossa “bússola” moral interna. As pessoas que rejeitam a ideia da existência de regras morais universais fora da experiência individual apóiam uma abordagem relativista dos problemas – elas não acreditam que existam regras

A SUA “IDEOLOGIA ÉTICA”

O modo geral como você acredita que o mundo funciona – a sua concepção ideológica do mundo – determina a forma como provavelmente você abordará e tentará resolver os problemas éticos. A sua ideologia ética está em grande parte baseada em dois fatores:

Idealismo: a medida na qual você acredita que obtém os melhores resultados nas situações em que os objetivos humanitários gerais orientam as suas ações.

Relativismo: a medida na qual você endossa uma abordagem individualista – você rejeita a possibilidade da existência de padrões morais universais que podem ajudar a resolver todas as questões éticas.

morais “absolutas” legítimas, capazes de nos ajudar a descobrir qual é o melhor curso de ação para um determinado dilema. Os relativistas baseiam-se em uma perspectiva mais individualista.

Juntos, o nosso grau de idealismo e o nosso grau de pensamento relativista compõem o que chamamos de *ideologia ética* – a nossa concepção de mundo ou sistema de crenças sobre a relação entre o nível individual e o nível global que, por sua vez, determina o modo como mais provavelmente lidaremos com os problemas éticos. Os psicólogos sociais há muito tempo se interessam pela conexão existente entre os nossos valores morais e o nosso comportamento moral, e eles estudam a forma como as diferentes ideologias éticas influenciam na tomada de decisão em uma grande variedade de populações. Em 1980, um sociólogo propôs um modo eficaz de medir o idealismo e o relativismo das pessoas. O *Ethics Position Questionnaire* (EPQ; apresentado no Quadro 1.1)*, elaborado por Donelson Forsyth, apresenta 20 enunciados. Pergunta-se aos respondentes até que ponto eles concordam ou discordam de cada um deles. Não há respostas “certas”. Com base na pontuação que alcançam, as pessoas que participam do EPQ se enquadram em uma das quatro categorias da “taxonomia das ideologias éticas” de Forsyth (veja Quadro 1.2).

OS MEIOS E OS FINIS

O bom raciocínio ético leva em consideração a validade e as bases lógicas dos métodos, ou os meios, utilizados para se conseguir atingir os objetivos ou fins. O fim justifica os meios? Se os nossos objetivos forem honrosos, isso significa que qualquer estratégia utilizada para alcançá-los seja também automaticamente considerada honrosa? Evidentemente, não; somos bem conscientes do quanto uma pessoa “bem-sucedida”, mas que tenha obtido seus lucros por meios desonestos, pode ser vulnerável ao desprezo e à punição. A nossa capacidade de ação moral é parte do que nos faz humanos; a maneira *como* atingimos os nossos objetivos diz tanto sobre quem somos quanto aquilo que escolhemos como nossos objetivos. De outro modo, poder-se-ia afirmar que os únicos valores verdadeiros que nos motivam seriam o interesse próprio, a ganância e a conveniência. Sem dúvida, muitas vezes nos sentimos compelidos a flexionar a verdade ou contar uma mentirinha para manter a paz e evitar ferir desnecessariamente os sentimentos de uma pessoa, ou mesmo para obter alguma coisa que achamos que merecemos, mas que de outra forma não conseguiríamos. Entretanto, se realmente defendemos a honestidade como um valor fundamental, então como agentes morais deve-

* N. de T.: Literalmente, “Questionário da postura ética”. Sigla em inglês.

QUADRO 1.1**QUESTIONÁRIO DE POSTURA ÉTICA DE DONELSON FORSYTH**
.....

Logo abaixo há uma série de enunciados gerais. Cada um representa uma opinião comumente defendida, e não há respostas certas ou erradas. Você provavelmente discordará de alguns itens e concordará com outros. Estamos interessados em saber até que ponto você concorda ou discorda dessas opiniões.

Por favor, leia atentamente cada enunciado. Aponte em que medida você concorda ou discorda acrescentando, à frente do enunciado, o número que corresponde às suas impressões, conforme a legenda abaixo:

- 1 = discorda totalmente
- 2 = discorda quase totalmente
- 3 = discorda moderadamente
- 4 = discorda ligeiramente
- 5 = nem concorda nem discorda
- 6 = concorda ligeiramente
- 7 = concorda moderadamente
- 8 = concorda quase totalmente
- 9 = concorda totalmente

- _____ 1. Uma pessoa deve ter certeza de que suas ações nunca causem intencionalmente dano a outras pessoas, mesmo que seja em pequena escala.
- _____ 2. Nunca devem ser tolerados riscos às outras pessoas, independente de quanto esses riscos possam ser pequenos.
- _____ 3. A existência de dano potencial a outras pessoas é sempre um erro, independente dos benefícios a serem obtidos.
- _____ 4. Uma pessoa nunca deve causar dano psicológico ou físico a outras pessoas.
- _____ 5. Uma pessoa não deve realizar uma ação que possa, de algum modo, ameaçar a dignidade ou o bem-estar de outro indivíduo.
- _____ 6. Se uma ação pode causar dano a um inocente, logo ela não deve ser realizada.
- _____ 7. É imoral decidir-se quanto a realizar ou não um ato avaliando as consequências positivas deste ato em comparação às suas consequências negativas.
- _____ 8. A dignidade e o bem-estar das pessoas deve ser a preocupação mais importante em qualquer sociedade.
- _____ 9. Nunca é necessário sacrificar o bem-estar de outras pessoas.
- _____ 10. As ações morais são aquelas que condizem estreitamente com os ideais da ação "perfeita".

(continua)

QUADRO 1.1**QUESTIONÁRIO DE POSTURA ÉTICA DE DONELSON FORSYTH** (continuação)

Calcule a sua pontuação total para os itens de 1 a 10 e divida por 10. A sua pontuação "I" resultante é: _____

- _____ 11. Não existem princípios éticos tão importantes que devam fazer parte de um código de ética.
- _____ 12. O que é ético varia de uma situação para outra e de uma sociedade para outra.
- _____ 13. Os padrões morais devem ser vistos como algo relativo ao indivíduo; o que uma pessoa considera moral pode ser julgado imoral por outra pessoa.
- _____ 14. Tipos diferentes de moralidades não podem ser comparados quanto à "moderação".
- _____ 15. As questões relativas ao que seja ético para todos nunca podem ser solucionadas, uma vez que o que é moral ou imoral depende do indivíduo.
- _____ 16. Os padrões morais são simplesmente regras pessoais que indicam como uma pessoa deve se comportar, e não devem ser aplicados ao se fazerem juízos dos atos de outras pessoas.
- _____ 17. Nas relações interpessoais, as considerações éticas são tão complexas que deveria ser permitido que os indivíduos formulassem os seus próprios códigos individuais.
- _____ 18. A rígida codificação de uma postura ética que evita determinados tipos de ações poderia representar um obstáculo a uma maior harmonia e a relações de melhor qualidade.
- _____ 19. Não se pode formular nenhuma regra a respeito do ato de mentir; uma mentira ser ou não admissível é algo que depende totalmente da situação.
- _____ 20. O julgamento de uma mentira como sendo moral ou imoral depende das circunstâncias que cercam a ação.

Calcule a sua pontuação total para os itens de 11 a 20 e divida por 10. A sua pontuação "R" resultante é: _____

* Uma pontuação "I" entre 1 e 5 representa um grau baixo de idealismo; uma pontuação entre 6 e 10 representa um grau alto.

* Uma pontuação "R" entre 1 e 5 representa um grau baixo de relativismo; uma pontuação entre 6 e 10 representa um grau alto.

Em que posição as suas pontuações o situam na "taxonomia das ideologias éticas"?

Fonte: Forsyth (1980).

QUADRO 1.2

A TAXONOMIA DAS IDEOLOGIAS ÉTICAS DE FORSYTH

| Idealismo | Relativismo | |
|-----------|---|---|
| | Alto | Baixo |
| Alto | Situacionistas Rejeitam as regras morais; perguntam se a ação produziu o melhor resultado possível em uma determinada situação. | Absolutistas Pressupõem que sempre se pode alcançar o melhor resultado possível ao seguirem-se as regras morais universais. |
| Baixo | Subjetivistas Rejeitam as regras morais; baseiam os juízos morais em percepções pessoais sobre a ação e o ambiente. | Adeptos das exceções Os absolutos morais orientam os juízos, mas pragmaticamente abrem exceções a esses padrões; utilitaristas. |

Fonte: Forsyth (1980).

ríamos ser capazes de elaborar um argumento racional e justificável sobre por que a fraude ou o subterfúgio sejam admissíveis por não serem usados meramente em benefício próprio ou por conveniência. Os nossos métodos devem incorporar os nossos valores da mesma forma como os nossos objetivos os incorporam.

Devemos entender “fins” não apenas como aquilo a que aspiramos ou visamos realizar, mas também como um modo de perceber os outros. Kant e outros estudiosos da ética afirmaram que temos um dever moral absoluto de tratar os outros como fins em si mesmos e não como “meios” para a realização dos nossos próprios objetivos. De outro modo, reduzimos os outros seres humanos a objetos ou meros instrumentos, o que representa uma falha na devida apreciação da excepcionalidade do ser humano. Além disso, como veremos, o imperativo categórico kantiano exige que eu trate as pessoas como merecedoras de respeito em si mesmas, pois se fosse admissível que todos *não* agissem dessa forma, seria o caos. Kant diz que isso é fundamental porque o nosso mais alto valor moral deve ser atribuído à nossa capacidade de liberdade e de ação moral. O fato de deixar de tratar os outros como fins em si mesmos na verdade nega a nossa humanidade – esse comportamento sugere que é admissível que tratemos os nossos pares humanos da mesma forma como poderíamos tratar as ferramentas inanimadas que utilizamos para realizar de-

terminadas tarefas. Devemos interagir com os outros de determinadas formas que maximizem a capacidade dessas pessoas para exercer o livre arbítrio, ou a razão. Deixar de agir assim é deixar de reconhecer a nossa existência como seres racionais que, pela presença da nossa vontade de razão, estão obrigados a agir moralmente em relação aos outros.

AS INTENÇÕES E AS CONSEQUÊNCIAS

Quando fazemos um juízo sobre uma ação, o que exatamente estamos julgando? Estamos avaliando qual é o motivo de uma pessoa ao realizar esta ação, ou estamos formando um juízo sobre o impacto ou o efeito que a ação tem para as outras pessoas? Ou estamos considerando tanto a intenção como as consequências? Qual o peso que devemos atribuir a uma ação bem-intencionada que acaba se revelando extremamente prejudicial? Para alguns teóricos anteriormente citados essa distinção é fundamental. Deni Elliott (1991), estudiosa da ética da comunicação, forneceu um exemplo valioso para nos ajudar a enxergar essa diferença. Imagine, disse ela, que você possa escolher o seu vizinho de porta. Você entrevista um candidato, Jones, e pergunta o que ele pensa em relação ao homicídio. Jones lhe garante que ele não mata ninguém. Quando você pergunta por que ele não mata, ele diz, “Tenho medo de ser pego e ir para a cadeia”. Você faz a mesma pergunta a outro candidato, Smith, que responde, “Eu jamais poderia matar uma pessoa porque acredito no caráter sagrado da vida humana. Acho que eu não conseguiria matar uma pessoa mesmo que fosse para me defender”. Conforme Elliott (1991, p. 18) sugere:

Não é preciso muita reflexão para que a maioria das pessoas decida que prefere Smith a Jones como vizinho. Há sempre a possibilidade de que Jones pudesse encontrar uma maneira de assassinar um vizinho barulhento sem ser pego. Por outro lado, Smith parece ser motivado por um princípio de natureza íntima e não por temer consequências externas.

A história da ética é, em grande parte, uma história do desenvolvimento de duas linhas centrais do pensamento: uma que enfatiza os nossos deveres fundamentais para com os outros, e outra que se esforça para justificar as decisões baseadas nos efeitos que as nossas ações têm sobre os outros. Kant, Ross, Benhabib e outros pensadores afirmaram que a questão mais importante a ser colocada é se uma determinada pessoa compreendeu e tentou cumprir uma obrigação ou um *dever* moral. Nesse caso, o resultado da ação de uma pessoa não tem relação com o fato de essa pessoa ter ou não agido eticamente. Essa perspectiva baseada no dever, ou deontológica, desses autores se concentra quase exclusivamente na intenção e é a única forma, afirmam

eles, de reconhecer a existência de obrigações morais universais e de avaliar o caráter moral de uma pessoa. O que faz com que uma mentira seja imoral, diz Kant, não é a consequência da mentira – quer ela evite constrangimentos ou resulte em algum dano grave. Uma mentira dita deliberadamente é algo incorreto pelo que ela *é*, e não pelo que ela *faz*: por sua natureza, uma mentira é uma agressão à nossa dignidade humana. Falhamos moralmente se a nossa intenção for enganar, sendo irrelevante o que quer que resulte desse ato de enganar.

ABORDAGENS CONCORRENTES NO CAMPO DA ÉTICA:

SISTEMAS BASEADOS NO DEVER VERSUS SISTEMAS CONSEQUENCIALISTAS

- O sistema moral baseado no dever de Kant é um exemplo de abordagem deontológica: uma ação não pode ser julgada como certa ou errada com base nas suas consequências, mas apenas em relação a se a pessoa que executa a ação compreendeu as suas obrigações como agente moral. A realização de uma determinada ação pode ter consequências negativas para algumas pessoas, mas essas consequências não são o que faz desta uma má ação ou uma ação imoral; a sua “correção” existe independentemente de qualquer efeito resultante. Segundo essa visão, uma mentira é imoral não devido ao que ela possa provocar (isto é, resultar em dano a alguém), mas em função do que ela é – um ato de fraude que nega a nossa obrigação moral de tratar todos os seres humanos com a dignidade que merecem. Uma mentira nega essa obrigação por negar ao seu destinatário o direito de exercer a sua capacidade de razão.
- O sistema baseado na virtude de Aristóteles, bem como a teoria utilitarista, são exemplos de uma abordagem teleológica ou consequencialista: devemos elaborar juízos sobre a moralidade de um ato ou de uma norma com base nos resultados. Os utilitaristas, por exemplo, argumentam que as decisões devem ser julgadas com base em se elas permitem ou promovem a maximização dos benefícios ou na satisfação gerada para o maior número de pessoas entre aquelas que seriam afetadas pela decisão. A tentativa de avaliar a intenção de uma política é irrelevante; de um ponto de vista moral, o resultado é o que é relevante. De modo semelhante, a ética de Aristóteles exige que avaliemos a “correção” de uma pessoa com base no seu êxito em alcançar e mostrar um equilíbrio virtuoso entre os vícios extremos na sua vida social.

O absolutismo desse sistema baseado no dever pode oferecer padrões confiáveis para se determinar o que é certo ou errado, mas muitas vezes contesta o senso comum; as mentirinhas cujo propósito é evitar o desconforto ou o constrangimento realmente fazem de nós fracassos morais? Se estivermos motivados para produzir certos resultados, a qualidade desses resultados não

deveria conter um peso moral? Mill e outros autores promoveram as abordagens teleológicas que enfatizam a natureza dos nossos “fins” ou dos nossos impactos nas outras pessoas. Para Mill, Rawls e outros pensadores, devemos, em grande parte, julgar o mérito de uma ação ou de uma política pelo seu efeito na sociedade. Existem poucas maneiras pelas quais podemos saber razoavelmente qual seja a verdadeira intenção de uma pessoa, logo, basear um sistema de moralidade na intenção, na melhor das hipóteses, dificulta a justiça. Para a maioria dos utilitaristas, o mérito – e o valor moral implícito – de uma ação ou em uma norma reside no grau em que esta mantém ou promove o bem para o maior número de pessoas entre aquelas que forem afetadas. Essa abordagem, naturalmente, forneceu a base para o nosso sistema legislativo democrático majoritário. Certamente, para muitos de nós pode ser difícil perceber o quanto podemos ignorar as consequências, como diz Kant, quando elaboramos juízos.

Porém, a abordagem utilitarista não deixa de ter as suas fragilidades. Tomemos outra vez a mentira como exemplo. Rigorosamente falando, uma vez que o utilitarismo diz que podemos questionar quanto ao que é certo ou errado apenas no que diz respeito aos resultados das nossas decisões, uma mentira é boa ou má, dependendo do resultado obtido ao proferi-la. Isso, contudo, pressupõe que uma mentira é, por natureza, moralmente neutra e que os enunciados verdadeiros não têm uma importância maior se em ambos os casos os resultados forem os mesmos. Mas como isso pode ser verdadeiro se atribuímos tanta importância social e moral ao conceito da honestidade? Evidentemente, tanto a intenção como a consequência têm papéis a desempenhar na nossa deliberação ética e, nos capítulos seguintes, veremos quando os deveres morais que temos devem de um modo geral determinar a nossa tomada de decisão ética e quando se justifica que levemos em consideração as consequências de uma ação.

PARA DISCUSSÃO

- 1 Reflita sobre o modo como você, em geral, se manifesta a respeito da sua compreensão da “ética” e das suas próprias visões morais nas suas conversas com outras pessoas. Você normalmente utiliza esses termos como sinônimos?
- 2 Que valores você tem e que muitas vezes entram em conflito na vida cotidiana?
- 3 Pense em algum momento da sua vida quando a sua decisão de sustentar um determinado princípio que você tenha afirmado tenha resultado em algum “custo” ou “sacrifício” de sua parte.
- 4 Faça você mesmo o *Ethics Position Questionnaire* do Forsyth. Qual é a sua “ideologia ética”?

(continua)

PARA DISCUSSÃO (continuação)

- 5 De que maneira o seu grau de pensamento relativista, conforme refletido pelo EPQ, poderia determinar o modo como você lida com os problemas éticos? E de que maneira o seu nível de pensamento idealista poderia determinar o modo como você lida com os problemas éticos?
- 6 Quais dos principais filósofos e estudiosos da ética parecem ter maior repercussão para você? Por quê?
- 7 Kant e outros autores estão preocupados com o fato de que devemos evitar tratar as outras pessoas apenas como “meios”, mas sim como “fins” em si mesmas. Você consegue pensar em exemplos de cada uma dessas formas de tratar as pessoas?
- 8 Considere uma decisão difícil que você teve que tomar recentemente e que tenha afetado outras pessoas. Que importância você deu aos efeitos ou consequências da sua decisão? Que importância você deu a essa decisão ter ou não incorporado princípios que você considera relevantes?

REFERÊNCIAS

- Audi, R. (2004). *The good in the right: A theory of intuition and intrinsic value*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Benhabib, S. (1992). *Situating the self: Gender, community and postmodernism in contemporary ethics*. London: Routledge.
- Christians, C. G. (2005). Ethical theory in communications research. *Journalism Studies*, 6(1), 3-14.
- Elliott, D. (1991, Autumn). Moral development theories and the teaching of ethics. *Journalism Educator*, 18-24.
- Foot, P. (2002). *Moral dilemmas and other topics in moral philosophy*. Oxford, UK: Clarendon Press.
- Forsyth, D. R. (1980). A taxonomy of ethical ideologies. *Journal of Personality and Social Psychology*, 39, 175-184.
- Johnstone, C. L. (2002). Aristotle's ethical theory in the contemporary world: Logos, phronesis and the moral life. In S. L. Bracci & C. G. Christians (Eds.), *Moral engagement in public life: Theorists for contemporary ethics* (pp. 16-34). New York: Peter Lang.
- Noddings, N. (1984). *Caring: A feminine approach to ethics and moral education*. Berkeley: University of California Press.
- Patterson, P., & Wilkins, L. (2008). *Media ethics: Issues and cases* (6th ed.). Boston: McGraw-Hill.
- Rawls, J. (1971/1999). *A theory of justice*. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University.
- Rogers, R. A. P. (1965). *A short history of ethics*. London: MacMillan.
- Rokeach, M. (1973). *The nature of human values*. New York: Free Press.

Rokeach, M. (1979). *Understanding human values: Individual and societal*. New York: Free Press.

Ross, W. D. (1930). *The right and the good*. Oxford, UK: Clarendon Press.

Steiner, L. (1989). Feminist theorizing and communication ethics. *Communication 12*, 157-173.

Walker, M. U. (2000). Naturalizing, normativity, and using what we know in ethics. *Canadian Journal of Philosophy* 26 (supp.), 75-101.